

O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA E A DEFESA DA ORDEM: O EMBATE ENTRE LIBERAIS E CATÓLICOS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

Marco Antônio de Oliveira Gomes¹
Universidade Estadual de Maringá – UEM

RESUMO

O presente texto analisa as determinações mais amplas que constituíram os embates presentes no campo da educação, os quais permearam a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no cenário marcado pelas disputas entre liberais e católicos. Objetiva situar os distanciamentos e aproximações entre os dois grupos que, apesar das diferenças existentes, defendiam a ordem regida pelo capital. Tomamos como parâmetros de nossas análises, além do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, os trabalhos de Saviani (2008), Xavier (2002), Lemme (2005) Azevedo (1976), Nagle (1974), entre outros. Palavras chave: Manifesto dos Pioneiros; Liberais; Católicos; Educação.

THE MANIFESTO OF THE PIONEERS OF THE NEW EDUCATION AND DEFEND OF THE ORDER: THE CONFLICTS BETWEEN LIBERALS AND CATHOLICS IN THE FIELD OF EDUCATION

ABSTRACT

This text examines the broader determinations that were the present conflicts in the field of education that permeated the publication of the Manifesto of the Pioneers of the New Education in the scenario marked by disputes between liberals and Catholics. Aims to situate the differences and similarities between the two groups that despite the differences, defended the order governed by capital. We take as parameters of our analysis, in addition to the Manifesto of New Education Pioneers, the works of Saviani (2008), Xavier (2002), Lemme (2005) Azevedo (1976), Nagle (1974), among others.

Keyword: Manifesto of the Pioneers; liberal; Catholics; Education.

Introdução

Um tema tão importante e controverso quanto os embates entre liberais e católicos em torno dos rumos da educação e o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* só pode ser abordado de forma parcial e lacunar nos limites de um artigo. A abordagem aprofundada requer um espaço maior como aponta a farta bibliografia que há a respeito do tema.

Além do exposto, muitas análises já foram elaboradas a respeito do tema, o que evidencia a sua importância para compreensão da história da educação no Brasil. Em face disso, não é pretensão oferecer uma análise inédita ou inusitada acerca das disputas acirradas que marcaram a configuração da educação em nosso país.

Assim, este trabalho procura refletir sobre os embates presentes no campo da educação que permearam a publicação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no cenário marcado pelas disputas entre liberais e católicos. O objetivo é analisar o posicionamento político e educacional dos intelectuais que se apresentavam como representantes da nação. Nesse sentido, não parece ocioso lembrar, que entre os anos 1920/30, a educação foi colocada no centro dos debates para compreensão e solução dos problemas brasileiros.

Havia uma crença, compartilhada por muitos intelectuais, no poder da educação em moldar a sociedade a partir da formação das mentes. Para os liberais, tratava-se de criar no Brasil um sistema público de ensino que proporcionasse a formação do cidadão sob os alicerces da cultura técnica e científica, proposição que fica clara ao longo do Manifesto. Esta defesa é feita em contraposição ao ensino enciclopédico, livresco e baseado na retórica, que, conforme o documento, estava assentado no privilégio de determinados grupos. Para os católicos, o objetivo era recristianizar o Brasil e, dessa forma, evitar os males advindos com a sociedade moderna.

Nesse sentido, o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* representa um momento importante da História da Educação no Brasil e revela o caráter idealizador dos pioneiros que assumiram como missão de conduzir o Brasil aos caminhos do progresso pela via da educação.

As análises aqui reunidas procuram contemplar três aspectos importantes: o cenário dos anos 1920, marcado pelo aprofundamento da crise política e econômica no Brasil; os renovadores, enquanto representantes intelectuais da burguesia industrial em ascensão, e suas proposições que revelam a preocupação com os problemas educacionais do país materializados também no Manifesto dos Pioneiros; e o embate entre católicos e liberais que enxergavam na educação uma instituição estratégica para a construção de seus respectivos modelos de sociedade.

A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930: a questão da educação

Em um cenário marcado pelo aprofundamento das relações capitalistas no Brasil nas primeiras décadas do século XX, verifica-se progressivamente o deslocamento do eixo econômico do campo para a cidade. Em uma breve síntese, é possível afirmar que o processo de urbanização, fruto da expansão cafeeira e da diversificação das atividades econômicas, proporcionou o crescimento das camadas médias e de uma burguesia industrial, que assumira na década de 1920, a orientação taylorista-fordista. (SAVIANI, 2008).

Os anos 1920/30 podem ser caracterizados também pela intensidade da crise do capitalismo. Em um cenário de instabilidade econômica e de grandes incertezas, o mundo entre guerras (1919-1938) vivenciava a crise dos valores liberais. Os impactos proporcionados pela Primeira Grande Guerra (1914-1918) e da Revolução Russa (1917) provocaram numerosas críticas à democracia representativa e liberal. Era o momento de ascensão dos movimentos identificados com o fascismo. Por outro lado, a crescente participação e mobilização dos trabalhadores em movimentos de massa, e o crescimento da insatisfação com a “democracia burguesa” atemorizava a burguesia de diferentes nacionalidades, que receava o perigo “vermelho”.

Nesse sentido, o Brasil não ficou “imune” à crise, pois a economia cada vez mais internacionalizada e a dependência do modelo agrário exportador potencializavam nossas fragilidades. Desse modo, os anos 1920 foram intensamente turbulentos do ponto de vista político-social. Ao autoritarismo governamental corresponderam várias insurreições,

surgindo novas propostas, novas ideias. Pode-se afirmar, nesse aspecto, que o fim da República Velha não teve um caráter linear, pois antes mesmo da ruptura institucional de 1930, o Brasil já assistia ao questionamento da ordem liberal e ao agravamento dos conflitos sociais. Segundo os apontamentos de Dias:

Três revoluções tiveram assim no ano de 1922 seu marco inicial: a revolução política, com o início do movimento tenentista que culminou com a “Revolução de 1930”; a revolução literária, representada pela “Semana de Arte Moderna”, no mês de fevereiro, em São Paulo; e a revolução espiritual, desencadeada pelo Centro D. Vital. Lembremos ainda que neste mesmo ano foi fundado o Partido Comunista do Brasil. (DIAS, 1996, p.89-90)

Diante da crise conjuntural, é importante salientar que, a partir de 1929, a crise mundial pela qual atravessou o sistema capitalista, cuja materialização mais evidente foi o crack da Bolsa de Nova Iorque, trouxe reflexos negativos para a economia brasileira, que vivia em função de uma produção voltada prioritariamente para a exportação.

Dentro desse cenário, a crise econômica colaborou para o aprofundamento da crise política e o esgotamento político da República Velha. Ficava cada vez mais evidente a insatisfação com o domínio das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais e sua esteira de corrupção, pois as eleições significavam a ratificação das decisões palacianas e as possibilidades de representação de diferentes correntes e segmentos eram eliminados pela fraude eleitoral.

Sobre as circunstâncias do cenário que gestou a Revolução de 1930, vejamos as contribuições de Romanelli:

A revolução de 30, resultado de uma crise que vinha de longe destruindo o monopólio do poder pelas velhas oligarquias, favorecendo a criação de algumas condições básicas para a implantação definitiva do capitalismo industrial no Brasil, acabou, portanto, criando também condições para que se modificassem o horizonte cultural e o nível de aspirações de parte da população brasileira, sobretudo nas áreas atingidas pela industrialização. É então que a demanda social de educação cresce e se consubstancia numa pressão cada vez mais forte pela expansão do ensino. (2005, p. 60)

De fato, a República Velha (1889-1930) caracterizou-se por uma progressiva transformação das relações sociais por meio da reorganização capitalista da cafeicultura. O crescimento industrial e urbano, as manifestações operárias oriundas das péssimas condições de trabalho e o crescimento das camadas médias possibilitam o surgimento de novos interesses e focos de insatisfação com a “velha” política oligárquica.

Convém lembrar que além das questões elencadas, o período ainda foi marcado por um amplo debate educacional, envolvendo profundamente inúmeros intelectuais ligados ao tema. Nagle (1974), considera característica dos anos 1920 o “otimismo pedagógico” e o “entusiasmo pela educação”, uma vez que surgem os “educadores profissionais”, isto é, intelectuais voltados especificamente para o tema educacional, e que se empenharam em debates e planos de reforma com a finalidade de recuperar o atraso brasileiro.

Paschoal Lemme, um dos signatários do Manifesto dos Pioneiros, apresenta as seguintes considerações sobre o período:

Essa ânsia de transformações que agitava o País, não podia deixar de repercutir intensamente nos setores de educação e do ensino, ou seja, da transmissão da cultura. Os educadores brasileiros, por seus elementos mais progressistas, em breve, estavam também engajados na crítica à nossa precária “organização” escolar e aos nossos atrasados métodos e processos de ensino. E como resultado dessas preocupações, abriu-se o ciclo das reformas de educação e ensino.

As ideias e diretrizes que procuravam concretizar-se nas realizações dessas reformas, evidentemente, não surgiram por geração espontânea na cabeça dos educadores. Elas eram impulsionadas, de um lado, pelas condições objetivas caracterizadas pelas transformações econômicas, políticas e sociais que delineamos anteriormente. De outro lado, começaram a chegar até nós, da Europa do pós-guerra, um conjunto de ideias que pregavam a renovação de métodos e processos de ensino, ainda dominados pelo regime de coerção da velha pedagogia jesuítica. Esse movimento de renovação escolar, que passou a ser conhecido como o da “Escola Nova” ou “Escola Ativa”, baseava-se nos progressos mais recentes da psicologia infantil, que reivindicava uma maior liberdade para a criança, o respeito às características da personalidade de cada uma, nas várias fases de seu desenvolvimento, colocando o “interesse” como o principal motor de aprendizagem. (LEMME, 2005, p. 167)

Diante dos questionamentos da ordem oligárquica e dos velhos métodos educacionais, as aspirações dos educadores comprometidos com as reformas se culminaram na fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE), por Heitor Lira, mais especificamente em 1924, constituindo-se em um grande fórum dedicado aos debates, cursos, conferências sobre temas educacionais, políticos e sociais do qual participavam professores e eminentes intelectuais². As Conferências Nacionais de Educação constituíram-se no principal instrumento de difusão dos propósitos da ABE. Muitas ideias surgidas durante os debates foram levadas adiante através das reformas estaduais e, depois, de 1930, através do próprio Governo Federal.

Com a vitória da “Revolução de 1930” e a posse de Getúlio Vargas a 3 de novembro como chefe do Governo Revolucionário Provisório, iniciava-se a chamada “República Nova”. Diante do movimento de reformas iniciadas no decênio anterior e das transformações que ocorriam no âmbito econômico, a educação passa a ser entendida como uma questão nacional. Dessa forma, pelo Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde. Francisco Campos, homem ligado ao movimento das reformas, foi alçado ao posto de ministro da nova pasta recém-criada.

No entanto, as reformas de Francisco Campos à frente do Ministério, apesar de expressarem uma nova orientação, ainda não atendiam aos reclamos dos renovadores. Diante da conjuntura política, as lideranças mais atuantes da Associação Brasileira de Educação, convocaram uma conferência nacional com objetivo de pressionar o Governo Provisório a adotar uma política nacional educacional em oposição ao ensino fragmentado e sem articulação com as novas demandas sociais e econômicas.

Os renovadores e a Revolução: o manifesto e a disputa pela hegemonia no campo educacional

Na conjuntura decorrente da Revolução de 1930, o Manifesto pode ser considerado como um elemento político do debate educacional, revelando as disputas políticas em torno de uma área considerada estratégica para muitos: a educação. Na narrativa de *A cultura brasileira*, o conflito entre renovadores e católicos em torno da educação é retratado da seguinte forma por Fernando Azevedo:

Já não se podia alimentar a esperança, aliás ilusória, de se constituírem os educadores numa organização que fosse não um “partido”, mas uma “associação nacional” em que se agrupassem todos, sem distinção de religião e de partido, para traçarem uma política escolar e cultural que fosse o programa do governo, na parte educacional, para a obra de reorganização do país.

Dessa situação de perplexidades e hesitações, como de suspeitas e divergências, é que nasceu, num dos grupos em que se dividiu a assembleia a ideia de confiar ao autor desta obra a incumbência de, como reformador e intérprete da nova corrente de pensamento pedagógico, ‘consubstanciar num manifesto os novos ideais e fixar dessa maneira o sentido fundamental da política brasileira de educação’. (1976, p. 174)

No entanto, no decênio anterior, havia uma convergência entre intelectuais católicos e liberais em torno da causa da educação nacional. Os grupos andavam de mãos dadas em torno das propostas renovadoras e convergentes com as necessidades dos novos tempos. A partir de 1929, a encíclica *Divini Illius Magistri* alterou o ambiente de concórdia entre os grupos. O que era entendimento, torna-se uma luta aberta de posicionamentos opostos: ensino público *x* ensino privado; ensino leigo *x* ensino religioso; escola única *x* liberdade de ensino.

Na verdade, a radicalização do debate entre católicos e liberais expressava as contradições presentes na arena política dos anos 1930. A estratégia conciliadora de Getúlio Vargas promoveu a aproximação do Governo com os intelectuais católicos acatando suas reivindicações, mas ao mesmo tempo mantinha como aliados os renovadores, dado o prestígio e influência que conquistaram na década anterior.

Para os grupos em conflito, tratava-se de reivindicar junto ao Estado a direção das políticas educativas do recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Para os católicos, o objetivo era recristianizar a sociedade por meio da educação, e assim, evitar os males da civilização moderna; para os renovadores, o objetivo era promover os novos ideais pedagógicos para uma civilização urbana e industrial.

A propósito, a imagem do “**novo**” foi um recurso muito utilizado nos embates políticos do período. Como as instituições republicanas eram apresentadas como instáveis ou falidas, tudo o que remetia à República Velha era apresentado como “velho”. Nessa linha de raciocínio, buscava-se mostrar o primeiro período republicano (1889-1930) como um todo homogêneo, cujas características teriam sido vencidas pelo movimento revolucionário.

Apesar disso, se a Revolução de 1930 não representou uma ruptura de caráter estrutural, na prática significou uma rearticulação de poder dos setores dominantes com a participação da burguesia industrial, o fim da hegemonia da burguesia do café e a necessidade de rever a estrutura econômica do país, cujo funcionamento estava voltado

predominantemente para um único gênero de exportação, o que o tornava extremamente vulnerável às crises externas.

A Revolução representava para muitos, incluindo Júlio de Mesquita Filho, proprietário do Jornal *O Estado de São Paulo*, e signatário do Manifesto, o fim do poder das oligarquias que governavam o país por meio da fraude eleitoral e da força. Nessa perspectiva, o fim da República Velha expressa a possibilidade de efetivação dos ideais liberais capitaneados pelo saber científico, pelo progresso e pela ordem. E, entretanto, é importante que se diga que os ideais dos revolucionários de 1930 não postulavam a ruptura com a ordem capitalista, mas sim sua modernização em nossas terras.

À luz do exposto, o Estado se colocou como agente da burguesia industrial fomentando o início do modelo de substituição de importações, procurando incentivar a produção industrial e, ao mesmo tempo, procurou formar o novo trabalhador brasileiro por meio de uma série de medidas, e, entre elas, a educação que passou a ser tratada como questão nacional.

Naquele cenário, identificado como um momento de mudanças para muitos, durante a IV Conferência Nacional de Educação, em 1931, Getúlio Vargas solicitou aos educadores inscritos a definir as bases da política educacional que devia guiar as ações do Estado no país.

No entanto, considerando as afinidades entre os dirigentes da ABE e o MEC e a iniciativa do Ministro de colocar a reunião sob os auspícios de sua pasta, conclui-se que havia um interesse mútuo, por parte da direção da ABE e do Ministério, de instrumentalizar a Conferência. O governo buscava na ABE a legitimação de sua política educacional; e o grupo que dirigia a ABE buscava, por sua vez, abrir espaço no aparelho do Estado para consolidar sua hegemonia no campo educacional. (SAVIANI, 2008, p. 230)

Como demonstra Saviani, a direção da ABE, na qual predominavam os católicos sob a liderança de Fernando Magalhães, situava-se dentro de uma perspectiva ideológica que se contrapunha ao grupo dos renovadores. (2008, p. 230). Diante da possibilidade da IV Conferência referendar as proposições católicas, o grupo dos renovadores, de que Carlos Alberto Nóbrega da Cunha era o porta voz, defendeu em assembleia que a solicitação de Vargas não se encontrava na pauta do evento que teve como tema “*As grandes diretrizes da educação popular*”.

A intervenção de Nóbrega da Cunha evitou que a Conferência respondesse imediatamente ao Governo, pois, se o fizesse, seria nos termos defendidos pelas lideranças católicas. Tratou-se de uma estratégia que buscava assegurar aos renovadores a iniciativa da resposta, cuja incumbência foi entregue para Fernando Azevedo.

(...) a atuação de Nóbrega da Cunha funcionou como uma estratégia que visava garantir ao grupo de educadores afinados com a renovação educacional o monopólio da interlocução com o Governo, deslocando para aquele grupo em separado, a incumbência de dar resposta à solicitação que havia sido dirigida a todos os educadores reunidos na IV Conferência Nacional de Educação. (XAVIER, 2002, p. 21)

Lançado alguns meses após a IV Conferência Nacional de Educação, mais precisamente em março de 1932, o *Manifesto dos Pioneiros* constituiu-se na resposta política dos renovadores à proposta realizada anteriormente pelo chefe do Governo

Provisório. Acrescente-se que o desdobramento imediato após o lançamento do documento foi o êxodo dos intelectuais católicos da ABE para reorganizarem-se na Conferência Católica Brasileira de Educação, numa disputa aberta com os renovadores.

Em termos políticos o “Manifesto” expressa a posição de uma corrente de educadores que busca se firmar pela coesão interna e pela conquista da hegemonia educacional diante do conjunto da sociedade capacitando-se, conseqüentemente, ao exercício dos cargos de direção pública tanto no âmbito do governo central como dos Estados Federados. (SAVIANI, 2008, p. 253)

Com 26 assinaturas, o *Manifesto dos Pioneiros* não foi produto de uma construção coletiva, mas uma síntese eclética das ideias educacionais dos autores. Fernando de Azevedo assumiu a autoria do documento que afirma ter feito em cinco dias. No entanto, não se trata de um texto homogêneo. A falta de definições precisas das fronteiras conceituais proporcionou a aglutinação de educadores de diferentes matizes em torno de princípios pedagógicos da Escola Nova.

Os pioneiros emergiram como um grupo cuja coesão não era fruto da identidade de posições ideológicas, mas estratégia política de luta, conduzida no calor das batalhas pelo controle do aparelho educacional. (VIDAL, 2013, p. 580-581).

Assim, mesmo esposando concepções políticas heterogêneas, os intelectuais ligados ao movimento tinham como pressuposto comum a crítica à escola existente, uma vez que era caracterizada pela seletividade social do grupo ao qual se dirigia, além de significar uma educação de caráter formalista. Segundo Lemme,

O documento é permeado por uma concepção de educação natural e integral do indivíduo, com respeito a personalidade de cada um, mas, ao mesmo tempo, sem esquecer que o homem é um ser social e tem por isso deveres para com a sociedade. Seria assim, uma educação acima das classes, que não se destina a servir a nenhum grupo particular, mas aos interesses dos indivíduos e da sociedade em geral, que não devem ser conflitantes. (2005, p. 172)

Dessa forma, observa-se que o Manifesto foi a materialização de um grupo de educadores que se forjou na década de 1920 e vislumbrou na Revolução de 1930 a oportunidade de vir a exercer o controle da educação no país. (SAVIANI, 2008, p. 254)

O Manifesto pode ser visto como *lugar de memória* da educação republicana na medida em que opera a legitimação do grupo que o assinou e promove, em nível do discurso, a validação do projeto educacional que defende, apresentando-o como o mais adequado para a reconstrução do país segundo o ideal republicano. (XAVIER 2002, p. 3)

Logo no primeiro parágrafo, observa-se a importância atribuída à educação diante dos demais problemas nacionais. Trata-se da ideia central que justifica o esforço de reconstrução da educação nacional

Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional. Pois, se a evolução orgânica do sistema cultural de um país depende de suas condições econômicas, é impossível desenvolver as forças econômicas ou de produção, sem o preparo intensivo das forças culturais e o desenvolvimento das aptidões à invenção e à iniciativa que são os fatores fundamentais do acréscimo de riqueza de uma sociedade. (MANIFESTO, 1932)

Na verdade, ao transformar a educação no único e grave problema do Brasil, pois sua deficiência seria o motivo de nosso atraso, o discurso dos renovadores colaborava para a ocultação das origens materiais das desigualdades sociais. Segundo a perspectiva defendida pelos renovadores, não seria possível elevar o Brasil aos patamares desejados se não iniciássemos a reconstrução educacional no Brasil. Verifica-se, portanto, a ideia do projeto de reforma da sociedade por meio da educação entendida como síntese no sentido de unificação do processo civilizatório.

Assim, diante da urgência da reconstrução nacional pela via da educação, o documento acrescenta que o período republicano de nossa história não foi capaz de construir um sistema educacional em função do federalismo e da descentralização político administrativa, adotada com o regime republicano. Além desses aspectos, as iniciativas ocorridas no âmbito educacional ao longo da República Velha são associadas à escola tradicional e vazias de ações que ensejassem o desenvolvimento de um sistema articulado.

O enquadramento da memória operada no Manifesto se dá pela ordenação do tempo histórico estabelecendo uma hierarquia temporal na qual o passado é avaliado com base na *ideia de ausência*, o presente é interpretado como um hiato, uma transição – porque um momento de crise que evidencia a necessidade de intervenção das elites intelectuais – e, finalmente, o futuro, projetado com base no programa de renovação educacional, aponta para a construção do Brasil moderno. (XAVIER, 2002, p. 39)

Dessa forma, o passado é apresentado por um estado de “*inorganização*” do “*aparelho escolar*” e pela falta de “*planos e iniciativas, da determinação dos fins de educação*”, além da falta de “*aplicação (aspecto técnico) dos métodos científicos aos problemas de educação*” (1932). Aquilo que é apresentado como ausência, nas proposições políticas para educação do passado, a vinculação da educação escolar aos fins práticos e utilitários, é o que está presente nas ações propostas no programa de reconstrução educacional do Manifesto. Como se vê ao longo do documento, a narrativa é claramente pragmática. Trata-se de apresentar os erros cometidos no passado ao mesmo tempo em que aponta para a capacidade do grupo de educadores comprometidos com a renovação em modificar as circunstâncias da educação no Brasil.

A crítica direciona-se às reformas empreendidas que não possuem vínculos com as necessidades econômicas, além de serem ações fragmentadas e desarticuladas com a realidade brasileira. É assim que, ao longo do documento, os renovadores apresentam o conflito entre o velho, representado pelo passado marcado pela educação tradicional, e o novo, representando pela ciência e os novos métodos.

No que diz respeito ao papel do Estado, os pioneiros da educação destacam sua importância como agente importante para o projeto de reconstrução da educação nacional,

pois é entendido como instância que proporcionará o caráter social, obrigatório e público da educação. Esta proposição está vinculada ao propósito de uma política educacional organizada a partir de um plano orgânico e articulado, ordenado por diretrizes científicas.

Mas, do direito de cada indivíduo à sua educação integral, decorre logicamente para o Estado que o reconhece e o proclama, o dever de considerar a educação, na variedade de seus graus e manifestações, como uma função social e eminentemente pública, que ele é chamado a realizar, com a cooperação de todas as instituições sociais. (MANIFESTO, 1932)

Nesse aspecto, a gratuidade em todas as instituições públicas de educação é entendida como um “princípio igualitário” que possibilita o acesso de todos os cidadãos que “*tenham vontade e estejam em condições de recebê-la*”. (1932). Porém, ao mesmo tempo em que o Estado é interpelado a cumprir suas funções no âmbito da educação, o documento apresenta um tom conciliador com os interesses privados.

Em nosso regime político, o Estado não poderá, de certo, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a ideia do monopólio da educação pelo Estado num país, em que o Estado, pela sua situação financeira não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância as instituições privadas idôneas, a “escola única” se entenderá, entre nós, não como “uma conscrição precoce”, arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros, e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos. (MANIFESTO, 1932)

Como se vê, justifica-se a presença das instituições privadas na educação por falta de recursos e pelo respeito ao ordenamento jurídico que faculta à família escolher a seus filhos uma “educação de classe determinada”. Trata-se, como se percebe, de uma proposta liberal que enxerga o direito das “*classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada*”. Assim, cabe o questionamento, que “*escola comum ou única*” o Manifesto defende?

Ainda dentro do ideário liberal, verifica-se também o propósito de seleção dos melhores por meio da educação. Vejamos os propósitos presentes no Manifesto.

Se o problema fundamental das democracias é a educação das massas populares, os melhores e os mais capazes, por seleção, devem formar o vértice de uma pirâmide de base imensa. Certamente, o novo conceito de educação repele as elites formadas artificialmente “por diferenciação econômica” ou sob o critério da independência econômica, que não é nem pode ser hoje elemento necessário para fazer parte delas. A primeira condição para que uma elite desempenhe a sua missão e cumpra o seu

dever é de ser "inteiramente aberta" e não somente de admitir todas as capacidades novas, como também de rejeitar implacavelmente de seu seio todos os indivíduos que não desempenham a função social que lhes é atribuída no interesse da coletividade. (MANIFESTO, 1932)

Percebe-se que a leitura do Manifesto produz a História da Educação como a história que não houve e deveria ter sido. Afinal, as elites formadas ao longo dos anos ocorreram por diferenciação econômica e não por diferenciação das capacidades. Dito de outra forma, a escola deveria forjar as elites, sendo a educação um instrumento de seleção dos indivíduos na sociedade de acordo com suas aptidões. Uns seriam selecionados para o trabalho manual, industrial; outros, seriam selecionados para a produção intelectual.

É reivindicando a constituição de uma nova política educacional que o Manifesto dos Pioneiros produz a educação como síntese do sentido unificador do processo de civilização.

A nova política educacional rompendo, de um lado, contra a formação excessivamente literária de nossa cultura, para lhe dar um caráter científico e técnico, e contra esse espírito de desintegração da escola, em relação ao meio social, impõe reformas profundas, orientadas no sentido da produção e procura reforçar, por todos os meios, a intenção e o valor social da escola, sem negar a arte, a literatura e os valores culturais. (MANIFESTO, 1932)

Por isso, fazia-se imperativo suplantar as tendências ao intelectualismo e verbalismo da escola tradicional, tendo em vista a adaptação dos indivíduos para as demandas da nova civilização que se configurava. Tome-se o exemplo das camadas intelectuais, recrutadas no ensino superior, que na perspectiva apresentada no Manifesto, apresentavam um pensamento distante das reais necessidades da civilização moderna.

A educação superior que tem estado, no Brasil, exclusivamente a serviço das profissões "liberais" (engenharia, medicina e direito), não pode evidentemente erigir-se à altura de uma educação universitária, sem alargar para horizontes científicos e culturais a sua finalidade estritamente profissional e sem abrir os seus quadros rígidos à formação de todas as profissões que exijam conhecimentos científicos, elevando-as a todas a nível superior e tornando-se, pela flexibilidade de sua organização, acessível a todos. (...)

Ora, se, entre nós, vingam facilmente todas as fórmulas e frases feitas; se a nossa ilustração, mais variada e mais vasta do que no império, é hoje, na frase de Alberto Torres, "mais vaga, fluida, sem assento, incapaz de habilitar os espíritos a formar juízos e incapaz de lhes inspirar atos", é porque a nossa geração, além de perder a base de uma educação secundária sólida, posto que exclusivamente literária, se deixou infiltrar desse espírito enciclopédico em que o pensamento ganha em extensão o que perde em profundidade; em que da observação e da experiência, em que devia exercitar-se, se deslocou o pensamento para o hedonismo intelectual e para a ciência feita, e em que, finalmente, o período criador cede o lugar à erudição, e essa mesma quase sempre, entre nós, aparente e sem substância, dissimulando sob a superfície, às vezes brilhante, a absoluta falta de solidez de conhecimentos. (MANIFESTO, 1932)

Como desdobramento dessa formação puramente acadêmica e bacharelesca, verifica-se um pensamento sem vida e distante das urgentes necessidades da nação. No entanto, o projeto de reforma da sociedade pela educação e difusão da ciência era considerado pelos renovadores como fator constitutivo da sociedade como nação. Em outras palavras, a “causa educacional” é a causa da nação.

A educação nova, alargando a sua finalidade para além dos limites das classes, assume, com uma feição mais humana, a sua verdadeira função social, preparando-se para formar "a hierarquia democrática" pela "hierarquia das capacidades", recrutadas em todos os grupos sociais, a que se abrem as mesmas oportunidades de educação. Ela tem, por objeto, organizar e desenvolver os meios de ação durável, com o fim de "dirigir o desenvolvimento natural e integral do ser humano em cada uma das etapas de seu crescimento", de acordo com uma certa concepção do mundo (MANIFESTO, 1932)

Sob a bandeira da **Educação Nova**, os renovadores se colocavam no campo das mudanças em oposição às práticas e políticas identificadas com o “velho”. De tal modo, a educação seria um instrumento de democratização das relações sociais, na medida em que neutralizaria as desigualdades econômicas proporcionando a todos a mesma formação.

Nessa nova concepção da escola, que é uma **reação contra as tendências exclusivamente passivas, intelectualistas e verbalistas da escola tradicional**, a atividade que está na base de todos os seus trabalhos, é a atividade espontânea, alegre e fecunda, dirigida à satisfação das necessidades do próprio indivíduo. (MANIFESTO, 1932)

Com esse tipo de alegação, cria-se a justificativa para a intervenção dos profissionais da educação, leiam-se, os renovadores. Dentro desse raciocínio, a educação laica voltada para o desenvolvimento da ciência e condizente com a industrialização seria a solução para os grandes problemas contemporâneos, além de significar o desenvolvimento econômico e democratizar as relações sociais.

Nesses termos, o Manifesto explicita um posicionamento de intelectuais interessados em legitimar as propostas do movimento de renovação educacional iniciado nos anos 20, construindo a narrativa pela polarização entre o “novo” e o “velho”. Vejamos as contribuições de Saviani sobre o tema:

Para cumprir essas novas funções, a escola deverá deixar de ser um aparelho formal, desligado do meio social, e transformar-se num organismo vivo, constituindo-se como uma comunidade em miniatura, de modo que coloque as crianças em contato direto com o ambiente que rodeia. Reorganizada com base no trabalho, essa nova escola procurará, por meio do trabalho em grupos, estimular o próprio esforço do educando ‘para fazê-lo penetrar na corrente do progresso material e espiritual da sociedade de que proveio e em que vai vier e lutar’. (SAVIANI, 2008, p. 247)

O posicionamento político dos renovadores, apontado por Saviani, alicerçava-se na crença de um Estado “neutro”, além de uma concepção não ideológica de ciência e da técnica, o que não passa de um idealismo em uma sociedade dividida em classes

antagônicas. E é a partir da expectativa da “neutralidade” do Estado e da ciência que o Manifesto busca legitimar a intervenção dos renovadores nas políticas educacionais. Em outras palavras, os renovadores apresentavam-se como um saber autorizado para oferecer suporte às mudanças exigidas pelo momento.

Diante das reformas necessárias, o ensino secundário apresentava-se aos olhos dos renovadores como “o ponto nevrálgico da questão”.

Mas, montada, na sua estrutura tradicional, para a classe média (burguesia), enquanto a escola primária servia à classe popular, como se tivesse uma finalidade em si mesma, a escola secundária ou do 3º grau não forma apenas o reduto dos interesses de classe, que criaram e mantêm o dualismo dos sistemas escolares. É ainda nesse campo educativo que se levanta a controvérsia sobre o sentido de cultura geral e se põe o problema relativo à escolha do momento em que a matéria do ensino deve diversificar-se em ramos iniciais de especialização. Não admira, por isto, que a **escola secundária** seja, nas reformas escolares, o **ponto nevrálgico da questão**. Ora, a solução dada, neste plano, ao problema do ensino secundário, os obstáculos opostos pela escola tradicional à interpenetração das classes sociais, se inspira na necessidade de **adaptar essa educação à diversidade nascente** de gostos e à variedade crescente de aptidões que a observação psicológica registra nos adolescentes e que “representam as únicas forças capazes de arrastar o espírito dos jovens à cultura superior”. A escola do passado, com seu esforço inútil de abarcar a soma geral de conhecimentos, descuroou a própria formação do espírito e a função que lhe cabia de conduzir o adolescente ao limiar das profissões e da vida. Sobre a base de uma cultura geral comum, em que importará menos a quantidade ou qualidade das matérias do que o “método de sua aquisição”, a escola moderna estabelece para isto, depois dos 15 anos, **o ponto em que o ensino se diversifica, para se adaptar já à diversidade crescente de aptidões e de gostos**, já à variedade de formas de atividade social. (MANIFESTO, 1932) (grifo nosso)

Na proposição presente do Manifesto, tratava-se de associar as reformas educacionais às novas demandas econômicas do país, adaptando a “nova educação” com a civilização urbana e industrial. Dessa forma, o Manifesto buscava a expressão de uma visão moderna da educação, pela valorização da individualidade e liberdade, reservando para a escola a seleção e condução dos indivíduos mais capacitados. Verifica-se também claramente nesse aspecto, a influência de Durkheim que sugere a função diferenciadora da escola de acordo com as aptidões individuais. Assim, por meio da educação nova, proposta pelos pioneiros, os interesses dos indivíduos se sobrepõe aos interesses de classe, e, por consequência, seu papel na sociedade seria decorrência de seus méritos pessoais e não dos privilégios econômicos.

Sobre o tema “A unidade de formação de professores e a unidade de espírito” o manifesto aponta que o professorado escolhido “*para uma função pública da mais alta importância*” considera que a “*formação universitária dos professores não é somente uma necessidade da função educativa, mas o único meio de, elevando-lhes em verticalidade a cultura*” (MANIFESTO, 1932). Assim, o manifesto prevê a unidade de formação dentro do espírito de um “ideal comum”, necessário para a formação da cultura nacional e do novo homem.

Trata-se, como buscou-se evidenciar nas análises acima, de diretrizes de um programa geral de educação nacional alicerçados na gratuidade, laicidade e

obrigatoriedade da educação pública. Obviamente, não se tratava de um programa revolucionário tal qual propugnaram os renovadores, mas a proposta apresentada acirrou o conflito com as lideranças católicas.

O embate entre católicos e liberais.

Ao levantarem a bandeira da educação pública, gratuita e da laicidade, que “*coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário*”, o Manifesto dos Pioneiros apresentava o rompimento no campo educacional, contrapondo-se as propostas do Ministro Francisco Campos e de um conjunto de intelectuais católicos, que advogavam o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, já instituído pelo Decreto nº 19.941, de 30 de abril de 1931.

Esses dois grupos entraram francamente em conflito, não só quando a pontos de vista doutrinários, relativos aos problemas pedagógicos e às relações entre o Estado e a educação, mas particularmente quanto à execução do decreto sobre o ensino religioso que ocorreu a princípio numa atmosfera carregada de suspeitas e de prevenções. (AZEVEDO, 1976, p. 172)

É importante ressaltar que o posicionamento católico deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo. Vê-se, nas ações católicas, a tentativa de recuperar sua influência sobre a educação, inclusive no restabelecimento do ensino religioso nas escolas mantidas pelo Estado, que havia sido abolido com a proclamação da República em 1889. Não deixa de chamar a atenção também o fato do Vaticano encetar suas críticas ao liberalismo, condenando ao mesmo tempo os novos métodos pedagógicos que proporcionavam a ampla liberdade da criança. Em outras palavras, a Igreja pelejava para que não ocorresse a “descristianização” da sociedade que se urbanizava e, ao mesmo tempo, invocava sua “missão” pedagógica como condição para manutenção da “ordem cristã”.

As doutrinas católicas em matéria escolar já haviam sido enunciadas com rigor e precisão no *Código de Direito Canônico*, promulgado em 1917 e, ainda mais recentemente, na encíclica de Pio XI (1929), em que reaparecem os princípios já assinalados nesse Código e se proíbe aos católicos a frequência às escolas não só hostis às suas crenças mas mesmo àquelas que tivessem por programa a neutralidade escolar em matéria religiosa. A Igreja que se havia mantido em atitude de expectativa se não de desconfiança, relação ao movimento de reformas pedagógicas, lançou-se na batalha, desfechando uma ofensiva contra os últimos reformadores, que aliás nunca admitiram ‘fosse permitido aos professores ofender, de qualquer modo, os sentimentos religiosos dos alunos’, mas cuja atitude, em face dessa questão de neutralidade escolar, atraía sobre eles a suspeita, raramente fundada, de defenderem doutrinas materialistas ou extremadas. (AZEVEDO, 1976, p. 172)

Para a hierarquia católica, que buscava ampliar seu espaço de manobra, a educação surgia como uma área estratégica, uma vez que seria sua tarefa “reespiritualizar a cultura”, procurando com isso superar o individualismo, o socialismo e o cientificismo. Segundo Schwartzman (1984), “a laicização” foi uma expressão comum dentro das críticas católicas do período.

Para os católicos, o avanço das “ideologias de esquerda” era um perigo, certo que nelas se escondia o perigo da dissolução das tradições morais e religiosas do país. Por isso, criticava-se a “laicização da cultura”, a “laicização do Estado”, a “laicização da educação”, entre outros. Tal orientação, aos olhos católicos, era uma ameaça à nacionalidade por negar a religião e a moral.

Dentro desse ambiente, é importante observar que muitas experiências do período, tais como o nazismo, o fascismo e o comunismo, tratavam a questão educacional como instrumento de formação de homens que assegurassem a construção da nação, portanto, o espaço educacional era arduamente disputado, uma vez que era visto como um instrumento de poder.

Para atingir seus objetivos, os católicos levantam-se abertamente contra o movimento da Escola Nova, sugerindo que ele levaria à concentração do ensino nas mãos do Estado, o que seria contra a “ordem natural” e ao mesmo tempo criaria um “monopólio estatal na educação”. E quais seriam as autoridades educacionais dentro da “ordem natural”? A família, em primeiro lugar, e depois o Estado. A Igreja estaria dentro de uma “ordem sobrenatural”. Com os olhos no passado, os intelectuais ligados ao projeto católico defendiam a Igreja como única instituição com investidura moral para educar a sociedade; além disso, sendo o Brasil um país de maioria católica, era natural que a educação também o fosse.

No embate contra os renovadores, católicos acusaram os escolanovistas de se colocarem contra a ordem natural da sociedade.

(...) Frisa, porém, que se deve preservar o direito de precedência da família e a Igreja, consideradas respectivamente instituições natural e sobrenatural, sobre o Estado. Está aí a base da crítica aos adeptos da pedagogia nova que os católicos acusavam de defender o monopólio do Estado em matéria de educação. Na medida em que os escolanovistas desconsideravam essa hierarquia e depositavam toda a responsabilidade da tarefa educativa nas mãos do Estado, eles estariam na visão dos católicos, abrindo caminho para a comunização do país. (SAVIANI, 2008, p. 258)

Para os católicos, a família precedia ao Estado, assim, caberia aos pais a decisão sobre a educação dos filhos. Assim, a interferência do Estado, por meio da obrigatoriedade, é vista como nociva para educação. Além disso, a educação laica seria uma forma de desagregação do “povo” brasileiro, tornando-o presa fácil das ideologias contrárias as tradições brasileiras.

Em síntese, é possível afirmar que para a perspectiva católica, o liberalismo atentava contra o princípio de autoridade defendido pela Igreja, que considerava o “povo” como um elemento a ser conduzido pelas elites esclarecidas dentro da moral cristã.

Na verdade, a radicalização do debate e os ataques dos segmentos conservadores refletia a polarização dos embates políticos pelos quais. No entanto, não é demais apontar que renovadores e católicos defendiam por caminhos diferentes a manutenção da ordem capitalista, o que não nega a atualidade de defesa da escola pública empreendida por diferentes intelectuais que participaram do movimento de renovação da educação. Trata-se de compreender, as relações contraditórias construídas ao longo dos embates que marcaram o período.

Considerações finais.

A bandeira da educação como solução de todos os males sociais é tão antiga quanto as relações de produção capitalistas. Não é novidade que em diferentes momentos da história a educação aparece como solução para os problemas sociais, o que mascara uma série de contradições de uma sociedade dividida em classes antagônicas. Da mesma forma, no Manifesto dos Pioneiros, a educação também aparece como solução para os graves problemas nacionais.

Mas, de todos os deveres que incumbem ao Estado, o que exige maior capacidade de dedicação e justifica maior soma de sacrifícios; aquele com que não é possível transigir sem a perda irreparável de algumas gerações; aquele em cujo cumprimento os erros praticados se projetam mais longe nas suas consequências, agravando-se à medida que recuam no tempo; o dever mais alto, mais penoso e mais grave é, de certo, o da educação que, dando ao povo a consciência de si mesmo e de seus destinos e a força para afirmar-se e realizá-los, entretém, cultiva e perpetua a identidade da consciência nacional, na sua comunhão íntima com a consciência humana.(MANIFESTO, 1932).

Diante das análises realizadas, percebe-se que o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* pretendia a construção de uma sociedade homogênea e aberta aos indivíduos por meio da educação balizada pelo princípio da igualdade de oportunidades. Trata-se de uma imagem meritocrática, tão cara aos intelectuais burgueses, que se fundamenta na educação e ciência como alavancas do progresso nacional e da democracia.

O ideário presente nas propostas educacionais dos renovadores era marcado pelo caráter idealizador de uma sociedade moderna, redefinida e renovada pela educação. Não foi desprezível a luta dos renovadores pela educação pública, mas apesar dos avanços presentes em suas propostas, é possível afirmar sua identificação com os interesses da burguesia. No entanto, sua leitura nos provoca a refletir sobre os limites materiais da proclamada “igualdade de oportunidades” em uma sociedade dividida em classes antagônicas.

Por outro lado, os segmentos conservadores, representados fundamentalmente pelos intelectuais católicos, também enxergavam na educação um instrumento importante para a constituição de uma nação, a nação católica. Tratava-se de recristianizar o país para a manutenção da ordem. E aqui, cabe uma observação: não se trata de uma ordem metafísica, mas a ordem capitalista real.

Acrescente-se que a divisão demarcada no campo educacional entre renovadores e católicos, entendidos como tradicionais, se por um lado, apresenta pertinência, pois desvela um aspecto central do conflito - a polarização entre escola pública e confessional - por outro, escamoteia as zonas de aproximação conservadora entre os grupos. Em última instância, o objetivo dos grupos em conflito era o controle social por meio da educação. Ora, se havia uma disputa travada, as diferenças não eram significativas a ponto de uma ou outra corrente propor a ruptura com a ordem burguesa.

Naquele contexto, o Estado tirou partido do conflito entre católicos e renovadores, administrando-o em proveito do seu projeto político. As proposições de católicos e liberais não tinham valor em si, mas eram vistos como instrumentos de ação política. Dir-se-ia que o projeto do governo não enxergava incompatibilidade entre uma educação renovadora e

aquela defendida pelos católicos. Trata-se de ampliar o apoio dos grupos para respaldar a ordem estabelecida. (SAVIANI, 2010)

Desse modo, entende-se que é necessário ter clareza que as contradições presentes no âmbito das políticas educacionais não serão eliminadas por decreto. Tal fenômeno social é uma manifestação concreta da correlação de forças entre as diferentes classes e frações de classes que ocultaram, e ainda ocultam, através do discurso ideológico, tanto os interesses empresariais, quanto confessionais.

Se a análise aqui realizada contribuir para a compreensão dos conflitos estabelecidos em torno da escola pública, o objetivo perseguido nesse artigo terá sido alcançado. Isto posto, fica para os setores progressistas a tarefa de conquistar trincheiras dentro da sociedade civil na luta pela escola pública e popular, que negue a seletividade e o rebaixamento do ensino das camadas populares. Certamente ainda há razões de sobra para reivindicarmos uma escola pública, gratuita, laica e universal, que atenda aos interesses da classe trabalhadora, aquela que preferencialmente utiliza dos serviços públicos.

Referências

- AZEVEDO, Fernando. A transmissão da cultura: parte 3º da 5ª ed. da obra *A Cultura brasileira*. São Paulo: Melhoramentos: Brasília, INL, 1976.
- DIAS, Romualdo. *Imagens da ordem – a doutrina católica sobre autoridade no Brasil (1992-1933)*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.
- LEMME, PASCHOAL. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova e suas repercussões na realidade educacional Brasileira. *Revista brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 86, n. 212, p. 163-178, jan./abr. 2005.
- O manifesto dos pioneiros da educação nova: a reconstrução educacional no Brasil - ao povo e ao governo, 1932. Disponível << <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm> >> Acesso em 09/10/2014.
- NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.
- ROMANELLI, Otaísa. *História da Educação no Brasil*. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 29ª Edição, 2005
- SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2008.
- _____. O Estado e a promiscuidade entre o público e o privado na história da educação brasileira. In: *Estado e políticas educacionais na história da educação brasileira*. Vitória: EDUFES, 2010.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- VIDAL, Diana Gonçalves. *80 anos do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova: questões para o debate*. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 1, 2013, p. 1-12.
- XAVIER, Libânia Nacif. *Para além do campo educacional: um estudo sobre o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

¹ Professor do Departamento de Fundamentos da Educação - DFE/UEM
Email:marcooliveiragomes@yahoo.com.br

² A presença majoritária de engenheiros no quadro associativo da ABE explica a introdução da problemática relativa ao fordismo e taylorismo. (SAVIANI, 2008)